



PREFEITURA DE SANTOS - SP

Operador Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto.....	1
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.....	2
Ortografia Oficial.....	3
Pontuação	5
Acentuação.....	9
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	11
Concordância verbal e nominal.....	22
Regência verbal e nominal.....	24
Crase.....	26
Colocação pronominal.....	28
Exercícios.....	29
Gabarito.....	40

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (proposicional): proposições simples e compostas; tabelas verdade; equivalências; leis de Morgan; diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípios de contagem e probabilidades. Raciocínio lógico envolvendo problemas.....	1
Exercícios.....	19
Gabarito	27

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Santos (atualizado e/ou alterado).....	1
Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos (atualizado e/ou alterado)	54

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Bases para formação da família. As funções da família.....	1
Conflitos e relações interpessoais.....	12
Constituição Federal de 1988 e alterações subsequentes: Dos direitos e garantias fundamentais – artigos 5º a 17, Da Ordem Social – artigos 193 a 232.....	17
Código Civil Brasileiro – Lei n.º 10.406/2002: Livro I – Título I – Das pessoas naturais.....	55
Noções da Lei Orgânica da Assistência Social	69
Da Política de Assistência Social	86
Sistema Único da Assistência Social (SUAS)	122
Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência	124
Noções sobre Direitos Humanos.....	137
Noções sobre os Serviços da Proteção Social Básica.....	145
Serviços da Proteção Especial.....	152
Noções do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	153
Instrumentos e técnicas de entrevistas e orientação familiar para elaboração de diagnóstico situacional	175
Noções sobre Desenvolvimento da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	183
Noções sobre pessoas em situação de rua	189
Noções sobre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas	199
Doença mental	209
Doenças infectocontagiosas.....	229
Noções sobre Violência Doméstica contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso	269
Noções sobre os Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência e população em situação de rua	289
Noções sobre o Cuidado com a Criança.....	290
Noções sobre Cuidados com o Deficiente e o Idoso.....	297
Noções sobre atividades lúdicas, recreativas, em grupo	305
Noções sobre Cidadania	309
Trabalho e Ações Comunitárias	314
Estatuto da Criança e do Adolescente	320
Estatuto da Pessoa Idosa.....	387
Estatuto da Pessoa com Deficiência	408
Exercícios	440
Gabarito.....	445

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP.

PREÂMBULO

SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, O GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO, E EM HOMENAGEM AOS QUE FIZERAM A NOSSA HISTÓRIA, AOS QUE FAZEM O NOSSO TEMPO E AOS QUE ACREDITAM NO FUTURO, OS VEREADORES CONSTITUINTES, REAFIRMANDO A DIVISA GRAVADA NO BRASÃO DO MUNICÍPIO: “PATRIAM CHARITATEM ET LIBERTATEM DOCUI”, QUE LEMBRA: “À PÁTRIA ENSINEI A CARIDADE E A LIBERDADE”, PROMULGAM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTOS

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Santos, em união indissolúvel ao Estado de São Paulo e à República Federativa do Brasil, constituído, dentro do Estado Democrático de Direito em esfera de governo local, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada pela Câmara Municipal, nos termos assegurados pelas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º A ação municipal desenvolve-se em todo seu território, sem privilégios de distritos e bairros, eliminando as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de seus habitantes, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º A soberania popular manifesta-se quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II - pelo plebiscito, a respeito de questões relevantes, quando pelo menos um por cento do eleitorado do Município o requerer ao Tribunal Regional Eleitoral, ouvida a Câmara;

III - pelo referendo, quando ao menos um por cento do eleitorado do Município o requerer à Câmara;

IV - pelo veto;

V - pela iniciativa popular, no processo legislativo;

VI - pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;

VII - pela ação fiscalizadora sobre a Administração Pública.

§ 3º São princípios administrativos do Município, presentes em todos os seus atos:

I - transparência e publicidade de atos e ações;(Inciso com Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 13, de 19 de abril de 1993)

II - moralidade;

III - participação popular;

IV - descentralização administrativa.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



Educação, Cultura e Desporto

• Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituinto-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

<u>ENTE FEDERADO</u>	<u>ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)</u>
<u>União</u>	Ensino <u>superior e técnico</u>
<u>Estados e DF</u>	Ensino <u>fundamental e médio</u>
<u>Municípios</u>	Educação <u>infantil e ensino fundamental</u>

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.



Família ou Famílias?¹

Todos nós temos uma imagem ideal de família. Esta família ideal, descrita por Goldani, é formada por um casal heterossexual (ou seja, por um homem e uma mulher), legalmente casados, com dois filhos (um de cada sexo), e todos vivendo juntos e em uma casa própria. O marido tem emprego fixo e salário suficiente para prover todas as necessidades da família, portanto ele é, neste modelo, o principal provedor. A mulher é a dona de casa, responsável pela economia doméstica, pela organização da casa, pelo cuidado com as crianças, os adolescentes, os idosos e os doentes. Neste contexto, quando a mulher trabalha fora de casa, é em tempo parcial e para “ajudar” o marido. Outra alternativa para a complementação da renda familiar é a mulher ocupar-se de alguma atividade de geração de renda (costurar, fazer salgadinhos, doces, entre outras) na sua própria casa. Se ela trabalhar fora de casa em tempo integral, ainda assim é esperado que ela realize as atividades domésticas perfeitamente bem, afinal estas atividades são entendidas como próprias das mulheres. As crianças e os adolescentes frequentam regularmente a escola e a exploração do trabalho infanto-juvenil não existe. Esta família está livre de todo o conflito e, mais ainda, de qualquer violência entre o marido e a esposa, entre pais e filhos ou entre irmãos. Este texto poderia ser o do último capítulo de uma novela, porque retrata uma família idealizada como feliz!

As famílias brasileiras ao longo da nossa história foram se transformando: a frequência dos casamentos legais diminuiu, o número de separações aumentou, o de recasamentos cresceu, outros arranjos sexuais na formação dos casais são experimentados, o número de nascimentos diminuiu, assim como o número de filhos por casal. Um grupo expressivo de adolescentes torna-se mãe, algumas mulheres vão experimentar a maternidade pela primeira vez após os 30 anos. Há homens e mulheres que escolhem a paternidade e a maternidade, mas não o casamento, assim como há homens e mulheres que escolhem

- se observarmos as famílias do nosso bairro, da nossa cidade, do nosso país, vamos encontrar alguma bem parecida com este modelo?

Provavelmente, sim.

- mas todas as famílias do nosso bairro, da nossa cidade, do nosso país são iguais a este modelo? Com certeza, não. Por quê?

O casamento, mas não a maternidade e a paternidade. Houve um aumento significativo de mulheres que conquistaram grau de escolaridade mais alto, ingressaram no mercado de trabalho, exercendo as mais diferentes profissões, e têm ainda de conciliar estas atividades com o trabalho doméstico. Há homens que se voltaram para as ocupações antes consideradas próprias das mulheres e alguns que assumiram as tarefas domésticas integralmente, enquanto suas companheiras trabalham fora de casa, ou parcialmente, dividindo com elas o cuidado com a casa e os filhos. Muitos lares brasileiros são chefiados e sustentados pelas mulheres; outros, nos quais os homens estão desempregados, os responsáveis por prover a família são as mulheres, as crianças e os adolescentes. Atualmente, homens e mulheres buscam estabelecer relações mais igualitárias entre si. As crianças, os adolescentes e os jovens são considerados sujeitos de direitos, e não “menores”.

Tratados quase como propriedade dos pais e dos adultos. Eles buscam ser ouvidos tanto em casa, na família, quanto no grupo social mais amplo, e suas opiniões e escolhas têm sido levadas em conta, em graus variados. Se perguntarmos aos mais velhos, pessoas com idade superior a 70 anos, sobre a relação que eles, quando crianças, estabeleciam com seus pais, avós e tios, provavelmente vamos escutar que tudo era muito diferente dos dias atuais, que as crianças deveriam “obedecer”, e não “se intrometer em conversa de adulto”.

Todas estas transformações na família estão relacionadas às mudanças na estrutura econômica e política do nosso país, e também às mudanças de valores que foram construídas ao longo das gerações.

1 MOREIRA, M. I. C. [Novos rumos para o trabalho com famílias](#). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Dezembro 2008.